

O global e o local na pesquisa sociológica*

Recebido: 07.08.16

Aprovado: 02.10.17

Daniel Bin**

Resumo: Este trabalho apresenta reflexão sobre como a investigação sociológica articula a construção de objetos teóricos globais e o estudo de fenômenos locais visando a explicações de uma realidade que se torna cada vez mais complexa com a globalização das estruturas, das relações e dos processos sociais. Vislumbro aqui abordagens que considerem que, por mais que a realidade nos seja mais imediatamente apreensível na esfera local das relações, é nas macroforças que encontramos a explicação dessa mesma realidade. Essa hipótese não descuida da noção de que, por mais que teorias possam ser construídas em termos globais, é localmente que elas se deparam com a realidade que se propõem a explicar. A essas abordagens podem servir ao menos dois meios de investigação: o estudo de caso estendido, que nos chama a observar fenômenos locais com vistas a reconstruir teorias globais; e o estudo sociológico de biografia, cujo objetivo é similar ao do primeiro método, porém, tendo como caso o indivíduo em sua existência social.

Palavras-chave: Biografia. Estudo de caso estendido. Globalização. Marxismo. Metodologia.

* O autor é grato pelas valiosas sugestões dos dois revisores anônimos da *Sociedade e Estado*, não cabendo-lhes qualquer responsabilidade pelas deficiências ainda presentes no artigo. O trabalho foi parcialmente financiado pelo CNPq, processo número 441749/2014-3.

** Daniel Bin é professor associado da Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Doutor em sociologia pela mesma universidade, com estágio de doutorado na Universidade de Wisconsin-Madison, realizou estágio pós-doutoral na Universidade Yale. É autor de *A superestrutura da dívida* (Alameda, 2017). Seus trabalhos mais recentes tratam de desposseções de meios de subsistência e de produção e suas implicações para o mundo do trabalho e as relações entre classes sociais. <twitter.com/profDanielBin>; <daniel.bin@uwalumni.com>.

*** *The author is grateful for the valuable suggestions of the*

*The global and the local in sociological research****

Abstract: *This paper reflects on how sociological investigation articulates the construction of global theoretical objects and the study of local phenomena to develop explanations of a reality that has become increasingly complex with the globalization of social structures, relations and processes. I envision here approaches that consider that, although reality is more immediately apprehensible to us at the micro level of relations, it is in the social macroforces that we can find the explanation of this reality. This hypothesis does not dismiss the notion that, although theories can be constructed in global terms, it is locally that they confront the reality that they propose to explain. These approaches can profit from at least two means of investigation: the extended case method, which calls us to observe local phenomena to reconstruct global theories; and the sociological study of biography, whose objective is similar to that of the first method, although the cases used are individuals in their social existence.*

Keywords: *Biography. Extended case method. Globalization. Marxism. Methodology.*

Introdução

Ao longo de seu desenvolvimento, a sociologia tem se movido entre algumas dicotomias baseadas no velho debate filosófico que opõe sociedade a indivíduo. Para a metodologia de pesquisa, essa oposição aponta para algumas outras, como indução ou dedução, micro ou macro, agência ou estrutura etc. Nesse contexto, uma tendência importante na investigação sociológica tem sido a do dis-

tanciamento em relação às grandes narrativas em direção a estudos de fenômenos singulares, locais, exemplares. Um primeiro movimento nesse sentido ocorreu entre as chamadas teorias de longo alcance, entre os séculos XIX e XX. Ele envolvia um ataque da sociologia de “estados”, cujo representante mais importante era Talcott Parsons, sobre a sociologia dos processos sociais de longo prazo, a qual eram associados nomes como Auguste Comte e Karl Marx (Elias, 1994). A disputa deslocou-se de modo a não se dar mais entre grandes narrativas e, nos últimos cerca de 40 anos, passamos a ver ataques à própria noção de teorias de longo alcance. Um caso paradigmático pode ser percebido quando a derrocada do socialismo realmente existente pareceu a muitos ter decretado o esgotamento do marxismo como corpo teórico-metodológico capaz de explicar a dinâmica social.

Nos anos 1980, outra corrente sociológica defendia a integração micro-macro ou agência-estrutura (Alexander & Giesen, 1987; Ritzer & Stepnisky, 2018). Anthony Giddens (1981: 171), por exemplo, afirmava que “ação e estrutura [...] formam uma dualidade”, do que decorreria “uma relação de implicação lógica” entre elas. Isso aparecia também em Habermas (1981: 269), para quem “sistemas sociais podem formar novas estruturas utilizando as capacidades de aprendizagem de seus membros”. Um problema com a maioria das abordagens de integração micro-macro é que parecem fazer uma espécie de concessão ao macro, como se os fenômenos sociais fossem baseados em microfundamentos (por exemplo, a ação) que seriam, no máximo, moldados ou condicionados pelo macro (por exemplo, a estrutura ou o sistema). Ao fazê-lo, acabam por conferir primazias metodológica e ontológica às ações e relações entre indivíduos. Tomemos a comparação que Karin Knorr-Cetina (1981) faz entre a hipótese da agregação de Randall Collins (1981) e a hipótese das consequências não intencionais de Giddens (1981). Enquanto o primeiro afirma que os macrofenômenos são compostos de agregações de microepisódios, o último alega que os sistemas mais globais emergem de microeventos.

Na medida em que em ambas as hipóteses a explicação permanece, em última análise, micro, a própria noção micro *versus* macrosociologia é duvidosa, como também duvidosa é a noção de integração entre elas. Meu argumento é que existe uma única sociologia – nem micro nem macro – que pressupõe as relações e os processos sociais como fenômenos globalmente determinados, que, no entanto, se expressam nos âmbitos locais onde se incorporam. É por isso que a tradição marxista tem capacidades importantes para qualquer investigação sociológica dedicada ao contexto da globalização. Dentre elas, destaco o aspecto da totalidade, central para a proposta deste trabalho: sublinhar a necessidade de conectar forças globais e fenômenos locais por meio da ênfase na totalidade das estruturas, das relações e dos processos sociais. O global pode servir à pesquisa como ponto de partida privi-

legiado e, inversamente, como caminho de retorno – embora não definitivo – após incursões em manifestações locais da vida social.

Essa escolha pode significar algumas vantagens, sendo a mais elementar a localização do pesquisador, o que proporciona sensações de experimentação e pertencimento, ainda que momentaneamente. Não temos condições de experimentar, por meio dos sentidos, a totalidade social, mas podemos estabelecer esclarecedoras aproximações a essa totalidade por meio de suas macroforças que, não obstante, estão presentes e são perceptíveis em microprocessos. No entanto, como advertiu Pierre Bourdieu (1994), grandes teorias exigem sempre verificação empírica e local. O recurso a uma perspectiva global permite aprender sobre estruturas, relações e processos sociais no domínio em que suas principais determinações – um termo que deve ser empregado com cautela – se originam. Assim, este estudo pauta-se pela busca de respostas para a seguinte questão: como o estudo de fenômenos sociais locais pode contribuir para a reconstrução de teorias sociológicas destinadas a apreender as macroforças que explicam a vida em sociedade?

Para responder a essa questão, este artigo está dividido em quatro seções, anteriores à sua conclusão. Na próxima, discuto a necessidade de uma perspectiva teórica global, à luz da globalização de estruturas, relações e processos sociais, o que desafia a sociologia nesta época em que a disciplina parece estar mais atenta aos chamados microfundamentos da vida social. Na seção seguinte, amplio essa discussão tratando da necessidade de também conduzir pesquisas locais para apreender as conexões de fenômenos sociais desse nível com as determinações globais que os moldam. Nas duas seções finais, apresento métodos que considero adequados ao atual contexto global que desafia a sociologia: o estudo de caso estendido e o estudo sociológico de biografia.

Perspectiva teórica global

Desde o término da Segunda Guerra Mundial, fala-se da obsolescência de algumas grandes categorias teóricas. Sociedade, comunidade, capitalismo, divisão social do trabalho, consciência coletiva, classe social, consciência de classe, nação etc. deram espaço a categorias sociológicas tais como ator social, ação social, movimento social, identidade, diferença, vida cotidiana e escolha racional (Ianni, 2011). Uma razão importante para essa tendência em direção ao singular foi o ressurgimento do foco no indivíduo, com a escolha racional como a categoria explicativa da ação humana no âmbito de uma ideologia – o neoliberalismo – que veio reivindicar o espaço perdido pelo liberalismo do tipo *laissez-faire*. Na verdade, a sociologia tem sido influenciada dessa maneira desde sua inauguração como campo disciplinar,

em concordância com o que observou Durkheim ao denunciar o que chamou de postulado antropocêntrico:

Desagrada ao homem renunciar ao poder ilimitado que durante muito tempo atribuiu a si mesmo, com relação à ordem social; por outro lado, parece-lhe que, se existem realmente forças coletivas, está necessariamente condenado a sofrê-las sem poder modificá-las. Tudo isto o inclina a negá-las (Durkheim, 2001: xxix).

Outra razão para o direcionamento ao singular poderia ser uma reação à incapacidade das teorias de longo alcance em capturar os fenômenos mais localizados. No entanto, é necessário considerar que, cada vez que optamos por um ou outro caminho, podemos cair em dogmatismo, cuja consequência provável é descartar o que contribui, juntamente com o que não serve à expansão do conhecimento científico. Como indiquei na introdução, o espaço diminuído da teoria marxiana na pesquisa sociológica serve para apoiar esse argumento. Aquilo que Hobsbawm (1995) relatou sobre a reação de comentaristas ocidentais que, com o colapso do regime soviético, alegavam o triunfo permanente do capitalismo, curiosamente também serviu para legitimar ataques à capacidade explicativa da teoria marxiana. Digo curiosamente porque tratava-se de uma falsa associação em pelo menos um aspecto importante: Marx nunca desenvolveu uma teoria sistêmica sobre o socialismo; seu objeto de estudo era a relação social que chamou de capital.

Mesmo quando percebeu contradições que apontavam para a formação de uma alternativa socioeconômica, Marx foi bastante claro sobre a capacidade do capitalismo resistir às suas próprias contradições. O núcleo da teoria marxiana do capital – a exploração do trabalho alheio – permanece tão explicativo como as teorias sobre as crises desse sistema e os meios para enfrentá-las. É sintomático que logo após a crise financeira de 2007-2008 Marx “ressurgiu” do pântano em que a ciência econômica dominante o havia jogado. Um sistema social amplamente organizado em torno do que é a essência da exploração capitalista – a separação entre os donos dos meios de produção e os donos apenas da própria força de trabalho – parece ser suficiente para a teoria marxiana continuar a indicar caminhos de pesquisa. Como afirma Michael Burawoy (2003: 194), “a longevidade do capitalismo garante a longevidade do marxismo”.

Para sustentar a importância de uma abordagem teórica global, chamo a atenção para a análise dos sistemas-mundo, que entende o capitalismo como um sistema econômico integrado em escala global. Segundo Immanuel Wallerstein (2004), essa abordagem tem sua origem nos movimentos revolucionários de 1968, que, tendo começado num ambiente universitário global, atacaram primeiramente o envolvi-

mento político de pesquisadores em atividades que sustentavam o *status quo*. O alvo então se deslocou para as omissões da academia, o que, no caso das ciências sociais, significou o questionamento da negligência em relação a vários grupos oprimidos, como mulheres, “minorias”, indígenas e grupos com orientações ou práticas sexuais alternativas. Foi no início dos anos 1970 que se começou a falar explicitamente sobre sistemas-mundo como perspectiva de análise. Perspectiva que procurava justamente combinar coerentemente preocupações com a unidade de análise, as temporalidades sociais e as barreiras levantadas entre as várias disciplinas das ciências sociais.

Em termos analíticos, “a perspectiva dos sistemas-mundo significava, antes de tudo, a substituição da unidade de análise padrão, que era o Estado-nação, por uma chamada sistema-mundo” (Wallerstein, 2004: 16). É aí que o problema reaparece, com alguma semelhança a um problema antigo, mas também como desafio típico de nosso tempo. Trata-se do risco de expandir a lacuna entre o racional e o real. Assim, o desafio que se coloca é como escapar ao risco sempre presente de que o recurso a teorias globais nos mantenha em nível de abstração tão elevado que nos deixe longe do real. Este era um risco apontado por Max Weber, para quem,

quanto mais vastas são as relações que se devem expor, e quanto mais variada tiver sido a sua significação cultural, tanto mais a sua apresentação sistemática e global num sistema conceitual e mental se aproximará do tipo ideal (Weber, 2001: 143).

E este último – lembra ainda Weber (2001: 138) – “é impossível encontrar empiricamente na realidade”.

Wallerstein dá uma pista para enfrentar esse desafio ao alertar que o sistema-mundo contém muitas culturas e grupos que praticam várias religiões, falam muitas línguas e diferem em suas vidas cotidianas. Ao seguir essa linha, acredito que uma primeira preocupação metodológica deve envolver a necessidade de diálogo permanente entre razão e experiência. Mesmo sob a primazia da teoria – metaforicamente, a teoria é a lente sem a qual não vemos nada do real –, muito pouco se pode avançar no conhecimento do mundo social sem olhar para ele. Como disse Bourdieu (2011: 15), “não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica”, isto é, nas várias culturas ou grupos que formam os sistemas-mundo de Wallerstein.

Outra maneira de não expandir lacunas entre racional e real é estabelecer uma conexão entre o global e o local em termos espaciais.

Nós constantemente vemos as coisas como universais, enquanto a realidade empírica sempre se dá na forma de *particulares* (Collins, 2009: 227, grifo no original).

No entanto,

o que é especificamente “sociológico” no estudo de qualquer característica particular de uma sociedade total é o esforço contínuo para relacionar essa característica a outras, a fim de obter uma concepção do todo (Wright Mills, 2000: 137).

E é a pesquisa que revela as conexões dessas dimensões socioespaciais, que também estão relacionadas a outra noção similar. Trata-se da consideração do indivíduo – em sua condição de ser social – como meio localizado de acessar a totalidade social, o global (reconsidero o tema mais adiante neste artigo). Em suma, essa diferença na perspectiva

nível micro *versus* nível macro pode ser uma função da distância do observador em relação ao respectivo campo de estudo em vez de inerente ao próprio problema (Knorr-Cetina, 1981: 16).

O desafio que se coloca é o de como integrar uma reflexão teórica em nível global com a pesquisa local, a qual traz a vantagem ao pesquisador de estar imerso no objeto e, portanto, mais próximo da realidade. A questão é como integrar a pesquisa local à necessidade contemporânea de criar teorias de longo alcance. Para Octavio Ianni (2011), o globalismo faz da sociedade global o novo objeto que desafia a sociologia, que assim não mais se limita à oposição micro *versus* macroteoria, mas também abarca metateorias que buscam compreender ou explicar a sociedade global. Ianni acrescenta que a sociologia nasceu sob o emblema da sociedade nacional. Enquanto este permanece ativo, na passagem do século XIX para o XX o indivíduo se tornou o emblema da disciplina; hoje, é globalismo. Para a sociologia, “a globalização é o tópico do dia” (Burawoy, 2009: 81), e “diz respeito [...] ao entrelaçamento de eventos e relações sociais ‘à distância’ com contextualidades locais” (Giddens, 2002: 27).

Perspectiva teórica global e pesquisa local

A seção anterior tratou da capacidade de grandes narrativas fornecerem entendimentos mais adequados acerca do contexto social atual. Isto porque a característica essencial do mundo contemporâneo é a tendência para a uma maior integração de estruturas, relações e processos típicos da globalização. Também apontei riscos da pesquisa baseada em teorias de longo alcance se estas não forem capazes de conec-

tar uma racionalidade abrangente a uma realidade social que também está cada vez mais abrangente em termos espaciais. Talvez uma maneira de resolver essa questão passe por considerar que, embora novas categorias sejam construídas cada vez mais em termos globais, é localmente que são postas em prática. Isso envolve o que Ianni (2011: 353) chamou de “redução fenomenológica” que, no entanto, revela uma “grande teoria”, uma “metateoria”, pois “elege o singular, desvendando-lhe significações e conotações universais”.

O importante aqui é não esquecer que expressões locais não estão desconectadas do todo; elas são moldadas por esse todo assim como ajudam a moldá-lo. Tomando-se qualquer esfera da vida social para análise, uma questão que pode ser levantada é: de que maneira mudanças globais podem ser compreendidas pela observação do local, do grupo social e, por que não, do indivíduo? Mais uma vez, Wallerstein dá uma pista sobre como conectar o global ao local. Ao considerar como o sistema-mundo interfere nas relações entre classes, e ao analisar como o domicílio é afetado pela atual formação social desse sistema, ele ensina que

o constante movimento de indivíduos dentro do moderno sistema-mundo mais as pressões normativas para ignorar a associação por *status* ou identitária em favor de critérios meritocráticos levaram a uma considerável combinação de identidades originais dentro da estrutura domiciliar (Wallerstein, 2004: 36).¹

Isso nos conduz a pesquisar localmente questões que têm determinações globais. A investigação local pode proporcionar explicações que se originam alhures, possibilitando um refinamento de nossa compreensão de diferentes locais – variando de macro a micro – nos quais podem ser encontradas explicações para fenômenos sociais. O surgimento do globalismo, indica Ianni (2011), não criou um mundo homogêneo; surgiram novos dilemas práticos e teóricos, pois as diversidades, desigualdades, descontinuidades e convergências se multiplicaram. E tudo isso pode ser entendido com maior precisão quanto mais localmente elas forem acessadas. Uma vez que “não há fato na vida social, fato econômico, político, cultural, religioso etc., que se explique em si” (Ianni, 2011: 143), reduz-se o risco de considerar o local como se estivesse limitado ao seu próprio microcosmo. Isso está relacionado ao que Knorr-Cetina (1981: 40, grifo no original) chama de “hipótese da representação [que] concebe o macro como ativamente construído e buscado *dentro* da ação microssocial”.

O local é, assim, portador de determinações mais amplas que seriam tão melhor percebidas quanto mais estreita fosse a conexão estabelecida entre ele e as forças globais que agem sobre ele. Por outro lado, os desafios se multiplicam com a tendência recente que Burawoy (1991: 276) sintetizou como “movimento da macros-

1. Para Wallerstein, classes são formadas por domicílios, não por indivíduos. Por identidades originais ele se refere a nações, raças, grupos étnicos, comunidades religiosas, gêneros e outros.

sociologia para a microssociologia”, que pode ser percebido em três manifestações. A primeira culminou no livro de Barney Glaser e Anselm Strauss (1999) *The discovery of grounded theory*, que se tornou um dos textos essenciais para o trabalho de campo na sociologia. Para essa “teoria baseada em dados”, a ciência seria a busca sistemática por generalizações induzidas a partir de comparações entre situações sociais. Glaser e Strauss defendiam a natureza científica e a relevância teórica da microssociologia contra a hegemonia do funcionalismo estrutural, que também foi alvo de duas outras tendências em direção ao micro. Uma delas foi o interacionismo simbólico, que criticava as ideias de sistema e de estrutura por negligenciarem a criatividade do ator em situações sociais. A outra era a etnometodologia, que via o consenso normativo possibilitado pela realização cognitiva no cotidiano vivido, contrastando a noção parsoniana de ordem baseada na institucionalização e internalização de normas.

Foi nesse contexto que a observação participante passou a ser cada vez mais identificada com a microssociologia, enquanto na antropologia, acrescenta Burawoy, deu-se o caminho inverso. Na medida em que as lutas anticoloniais cresciam e a industrialização controlava e conectava pontos distantes no globo, os antropólogos não podiam mais fingir que seus campos eram isolados e atemporais. Burawoy menciona o célebre estudo de Max Gluckman sobre cerimônia inaugural de uma ponte na Zululândia em 1940 como uma das primeiras tentativas de a antropologia explorar a estrutura social examinando as macroforças que agem sobre ela. Da análise de quem fez e disse o quê, quando, onde, e para quem, Gluckman foi capaz de visualizar aquela cerimônia – a qual contou com a participação de representantes de ambos os lados do sistema social, isto é, brancos e negros – como um microcosmo da sociedade sul-africana.

Na realidade, aquele foi um estudo de caso interpretativo no qual Gluckman estava interessado mais em como o macro estava presente no micro, e menos em suas mútuas determinações como dois diferentes níveis da realidade. Somente mais tarde, Gluckman e seus estudantes avançaram para o tipo estendido de estudo de caso (isso será discutido na próxima seção), analisando as situações das localidades e regiões urbanas baseadas em forças econômicas e políticas mais amplas relacionadas ao colonialismo. Enquanto no estudo sobre a inauguração da ponte na Zululândia Gluckman via a situação social como expressão de uma sociedade mais ampla, os estudos seguintes mostraram as localidades, as lutas e as associações tribais como delineadas por forças externas. São estudos desse tipo que utilizam o estudo de caso estendido, que buscam os macrofundamentos de uma microssociologia (Burawoy, 1991). Um problema aqui presente é que permanece a tensão entre micro e macro.

Parece mais apropriado tratar de uma sociologia para a qual a totalidade é o *locus* da pesquisa, onde estruturas, relações e processos sociais podem ser compreendidos por meio do acesso ao local. Esta pode ser uma maneira frutífera de abordar um contexto que tem desafiado a sociologia, qual seja, o de globalização da economia, que junto a outras relações sociais passou a ter novos significados, como aqueles decorrentes das transformações espaço-temporais. A globalização é um processo veloz de alteração e disseminação planetária de instituições modernas via trocas econômicas e culturais em mercados e circuitos de produção globais, mas que influencia diretamente instituições nacionais e abarca o nosso cotidiano (Fridman, 2006). Segundo Wallerstein (2004), o imperativo da acumulação ininterrupta de capital gerou a necessidade de constante expansão das fronteiras, sejam elas geográficas, psicológicas, intelectuais ou científicas.

Ao analisar a crise financeira que eclodiu em 2008, David Harvey (2010) lembra alguns antecedentes que ajudam a compreendê-la justamente a partir da dimensão espacial extensiva do capitalismo. Nos anos 1960, diz ele, a maior barreira à acumulação de capital nos países do Norte Global era a força de trabalho, mais especificamente, sua escassez, organização, remuneração e força política. Um antídoto para a pressão que o trabalho estava exercendo sobre a acumulação foi encontrar suprimentos de trabalhadores mais baratos e dóceis, mediante a facilitação da imigração, as tecnologias que substituíssem o trabalho e a pressão estatal por meio de políticas baseadas em doutrinas neoliberais. Outro foi dar ao capital a capacidade de mover-se globalmente para locais com oferta de força de trabalho mais barata.

Os resultados desses movimentos foram elementos como o “carro global” ou a “televisão global”, cujas peças eram fabricadas em vários locais para posteriormente compor os produtos finais montados próximos aos mercados consumidores. Um dos resultados estruturais foi a “realocação da produção ao redor do mundo inteiro” (Harvey, 2010: 33).

Espaços locais não são apenas passivos nessa relação de influência; a realidade global também é influenciada pelo que acontece localmente. Quando o capital se move para uma determinada região, seus controladores o fazem com base em condições potenciais presumivelmente ausentes em localidades alternativas. Se alternativas de investimento de capital excedente forem localmente restritas, ele se moverá por todo o planeta até encontrar uma opção mais lucrativa. Essa é uma determinação global no sentido tal que a busca se dá por um nível de lucratividade aceitável para os investidores no nível do sistema capitalista como um todo. Essa saída potencialmente mais lucrativa, por sua vez, será escolhida em termos comparativos entre as várias possibilidades, das quais, as locais indicam a importância

deste espaço social para a investigação social global. Para ilustrar, se uma fábrica global de automóveis depara-se com a necessidade de investir em local onde a força de trabalho é mais barata – determinação global – e percebe uma oportunidade no Brasil, devido a baixos salários, e nele em Curitiba, devido a fatores favoráveis como infraestrutura urbana, proximidade de canais de distribuição etc., a concretização do investimento revelará uma mutualidade entre determinações globais e determinações locais.

Essa discussão toca em pontos já levantados por Milton Santos (2002) ao tratar do que chamou de universalização da economia e do espaço. Em relação à ilustração de um fabricante de automóveis localizado em Curitiba, essa universalização refere-se à noção de níveis entre o global e o local. Mantê-la em perspectiva ajuda a firmar nossos pés no chão, o que ocorre tanto mais quanto mais nos ocuparmos com manifestações locais como aquelas com maiores possibilidades de precisão experimental. Isso é,

se o espaço passou a conhecer esta forma de totalização graças à universalização da produção, não podemos, entretanto, perder de vista que essa totalização se apresenta segundo níveis que vão do mais universal ao mais local. [...] A natureza dessa nova forma de totalização correspondente à era da tecnologia e das multinacionais exige que o quadro nacional seja tomado como a *escala viável* dessa totalidade e dá um lugar particular ao valor da estrutura interna, concreta, de cada país. É através dessa estrutura interna concreta que os chamados valores mundiais se exprimem ao nível de cada classe social, de cada lugar, de cada cidadão, que é o que conta. [...] Na verdade, nenhuma outra categoria poderia ser mais adequada ao estudo do espaço, porque essa categoria permite que não nos afastemos da realidade concreta (Santos 2002: 212-213, grifos adicionados).

Se tecnologia, meios de transporte e de comunicação, empresas multinacionais, agências supranacionais etc. encurtaram tempos e distâncias e tornaram fronteiras mais permeáveis, isso tudo também não cria oportunidades de compreender o “mundo” com maior facilidade pesquisando precisamente o “local”? Em princípio, a resposta é positiva, mas ajustes metodológicos devem ser feitos, especificamente aqueles capazes de tornar esse “local” mais palpável. Isto é o que as próximas duas seções envolvem; a primeira descreve o estudo de caso estendido, delineado justamente para observar e participar da pesquisa local a fim de reconstruir teorias com um escopo mais amplo.

Estudo de caso estendido

Deve estar claro que a essência de meu argumento envolve uma abordagem metodológica que se baseie em uma teoria pretensamente globalizante. Adicionalmente, trata da necessidade de acesso a manifestações locais que podem ser portadoras de macrofundamentos da vida social. Ao afirmar que só é possível capturar a lógica do mundo social estudando a particularidade de uma realidade empírica, Bourdieu enfatizou:

[...] uma análise do espaço social [...] é a da história comparada, que se interessa pelo presente, ou a da antropologia comparativa, que se interessa por uma determinada região cultural, e cujo objetivo é apanhar o invariante, a estrutura, na variante observada (Bourdieu, 2011: 15).

Esse invariante – ou estrutura – pode ser associado aqui ao global que, no entanto, estaria sempre à mercê de ser reconstruído pela variante que é, afinal, observada pela pesquisa histórica e regional, seja ela cultural, como no caso de Bourdieu ou Burawoy, ou geográfica, como no caso de Santos ou Harvey.

Mesmo que as afirmações de uma explicação que procura ser globalizante se refiram a relações e a processos localizados, elas mantêm as conexões dessas manifestações sociais com uma totalidade que as contém e influencia, mas também é influenciada por elas. Acredito que duas abordagens metodológicas ajudam a apreender essas conexões e, assim, a não simplesmente acumular – e muito menos rejeitar –, mas reconstruir teorias sociológicas. Uma delas é o estudo sociológico da biografia, que busca compreender uma realidade social mais ampla examinando manifestações associadas a indivíduos (tema da próxima seção). Outra é o estudo de caso estendido, que, em certo sentido, procura preencher uma lacuna importante na alegação de Karl Popper de que a falseabilidade substituiria a verificabilidade, ou seja, que um sistema não poderia mais ser verificado, mas poderia ser peremptoriamente declarado falso.

Se, por um lado, Popper (1972: 56) manteve aberto o caminho para o desenvolvimento científico combatendo o dogmatismo – “o jogo da ciência é ... interminável”, disse ele –, por outro, fechou a via para um desenvolvimento mais efetivo baseado no enriquecimento e na reconstrução de teorias existentes. É precisamente essa crítica que Burawoy (1991) direciona a Popper ao propor o método do estudo de caso estendido. Depois de concordar com Popper acerca das críticas sobre indução e verificação, e com a lógica científica que enfatiza processos de conjecturas e refutações, Burawoy se afasta dele ao defender a utilização de

contraexemplos para reconstruir em vez de rejeitar uma teoria. Ou seja, em vez de provar uma teoria por meio da corroboração, ou rejeitar uma teoria porque ela é falseada, nossa abordagem preferida é *melhorar* teorias transformando anomalias em exemplares. De certo modo, levamos Popper à sua conclusão lógica. Em vez de abandonar a teoria quando ela enfrenta refutação, tentamos “refutar a refutação” tornando a nossa teoria mais forte (Burawoy 1991:10, grifo no original).

Desta forma, a pesquisa não se reduz ao acúmulo de teorias baseadas em casos coincidentes, como propõe a indução, ou à substituição de teorias baseadas em casos conflitantes, como prescreve o método hipotético-dedutivo. A questão é que

a constatação de *fracasso* é tão decisiva quanto uma *confirmação*, mas somente com a condição de que coincida com a *reconstrução* do elenco sistemático de *proposições teóricas* no qual adquire um significado positivo (Bourdieu *et alii*, 2004: 78, grifos adicionados).

A reconstrução proposta por Bourdieu, Chamboredon e Passeron é semelhante às críticas que Burawoy dirige a Popper. Os “contraexemplos” ou “anomalias” citados por Burawoy poderiam muito bem ser associados ao “fracasso” acima mencionado; a transformação de ambos em “exemplares” defendida por Burawoy corresponde ao “significado positivo” de Bourdieu, Chamboredon e Passeron.

O estudo de caso estendido como descrito por Burawoy (2009) é um método etnográfico que serve a outras disciplinas, como antropologia e geografia. Na sociologia, não é mais tão herético como no passado, quando se insistia em uma etnografia que forjasse conexões entre micro e macro. No entanto, adverte Burawoy, a etnografia continua a confrontar a resistência de um trabalho empírico ingênuo que a considera tão especial por acessar o mundo como “realmente é”, e que pressupõe que a teoria social surge dessa realidade sem preconceções, alegando que somente nos livrando delas seria possível fazer o campo revelar a verdade. Esse trabalho empírico ingênuo é combinado com um positivismo ingênuo a defender que, para compreender a realidade, devemos nos posicionar fora do mundo que estudamos. Assim como não concorda com o que chama de reducionismo positivista, Burawoy tampouco se insere no que chama de redução humanista, uma supressão “pós-moderna” da dimensão científica:

nós não defendemos nem distanciamento nem imersão, mas diálogo... entre teoria e dados cujo objetivo é a explicação (Burawoy, 1991: 4-5).

Com esse propósito, Burawoy (2009) enumera seis postulados que servem de base para o estudo de caso estendido:

- i.* não podemos ver a realidade social sem teoria, assim como não podemos ver o mundo físico sem os nossos olhos;
- ii.* cientistas sociais são inerentemente parte do mundo que estudam, e o que os distingue das pessoas que eles estudam é a teoria que utilizam, o que lhes permite ver o mundo de uma maneira diferente e mais profunda;
- iii.* a ciência revela o contexto mais amplo de nossas ações, mas também mostra como o contexto cria a ilusão de sua própria inexistência, como um mundo cotidiano autônomo contido em si mesmo;
- iv.* a universidade não é um terreno neutro, mas um campo onde perspectivas teóricas e metodológicas competem entre si;
- v.* uma teoria analítica nos permite ver e compreender o mundo, mas isso não implica confirmações automáticas; e
- vi.* a ciência social não é necessariamente incompreensível para os leigos.

As raízes desses postulados se originaram de quatro décadas de observações participantes que Burawoy realizou em fábricas e minas de quatro países: Zâmbia, Estados Unidos, Hungria e Rússia. Isso resultou em estudos de microprocessos moldados por quatro grandes transformações, respectivamente, a descolonização, a transição para o capitalismo organizado, a transição soviética para o socialismo e a transição do socialismo para o capitalismo. Aqui chegamos ao ponto que é do maior interesse para o meu argumento sobre a necessidade de acessar manifestações históricas e espacialmente delimitadas para compreender movimentos globais e, por meio das conexões entre esses níveis, reconstruir teorias. Nesse sentido,

a extensão do estudo de caso estendido para uma etnografia global nos ajuda a discernir padrões comuns ao redor do mundo bem como as forças que os criam (Burawoy, 2009: xvii).

Ao responder a críticos que questionaram a possibilidade de uma simples etnografia, realizada enquanto trabalhava em uma fábrica, iluminar uma grande transformação, Burawoy (2009) evoca sua própria definição do estudo de caso estendido, dada por quatro extensões:

- i.* a do observador na comunidade em estudo;
- ii.* a extensão das observações ao longo do tempo e do espaço;

iii. a extensão de microprocessos para macroforças, analisando a maneira como influenciam uns aos outros; e

iv. a extensão da teoria, que é a mais importante e o objetivo final do método.

Burawoy usa nada menos que *A ética protestante* de Weber como ilustração de estudo de caso estendido:

i. ao questionar o que significava ser um cientista em um mundo desencantado e racionalizado, e perguntando de onde veio esse mundo, Weber se colocou dentro da história;

ii. essa virtual participação lhe possibilitou perceber processos psicológicos que conectavam a predestinação calvinista ao espírito do capitalismo; e

iii. Weber posicionou o capitalismo dentro de um amplo conjunto de forças históricas, tais como a ascensão da ordem legal, a contabilidade sistemática e o trabalho assalariado (Burawoy, 2009).

Outro “simples” estudo em uma simples fábrica pode ser utilizado como exemplo mais contemporâneo da aplicação do método. O livro *Manufacturing consent* de Burawoy (1979) é baseado em observações participantes que ele conduziu como operador de máquinas em uma empresa de Chicago durante dez meses, em meados dos anos 1970. Inspirado em Gramsci, Burawoy procurou demonstrar como o consentimento do trabalhador em relação ao capital era produzido no chão de uma determinada fábrica, a qual tomou como microcosmo das mudanças pelas quais a atividade industrial mais ampla estava passando em termos econômicos, tecnológicos e políticos. Ao prever que adeptos da generalização estatística seriam céticos em relação à amostra, Burawoy indicou que

há maneiras diferentes da extrapolação estatística de entender a relação da parte com o todo. Primeiro, há o ponto de vista que aborda a parte como uma expressão da totalidade, ou seja, cada parte contém dentro de si os princípios essenciais do todo. Por meio do estudo comparado entre Allied e Geer, posso extrair atributos essenciais ao processo de trabalho sob o capitalismo avançado – por exemplo, a construção do consentimento por meio do mercado de trabalho interno e do Estado interno. Em segundo lugar, há a noção complementar da totalidade como composta por partes mutuamente interdependentes. Compreendendo o relacionamento da Allied com outras instituições, como a família, a

escola, o Estado, o sindicato, outras empresas, e assim por diante, podemos começar a construir uma imagem de toda a sociedade. Isto é a generalização por meio da extensão da parte para o todo (Burawoy, 1979: XIV-XV)².

Outros pontos específicos desse estudo merecem destaque para ilustrar a relação entre a parte – o processo de trabalho na empresa Allied revelada por uma etnografia singular – e o todo – a exploração capitalista do trabalho revelada pela etnografia global. Da comparação entre os casos Geer e Allied, cujos estudos são separados por quase 30 anos, Burawoy chamou a atenção para mudanças como o aumento do individualismo, a dispersão de conflitos hierárquicos e a coordenação de interesses entre capitalistas e trabalhadores e entre estes e gerentes, tudo isso omitindo e garantindo o trabalho excedente. Esses movimentos corroboram a tendência global de auto-organização dos trabalhadores em suas atividades laborais, fortemente documentada em pesquisas sobre mudanças na produção industrial em curso naquele período. Burawoy também enfatizou como o processo de trabalho foi afetado por variações nas relações de produção, consideradas amplamente – estendidas – como relações incorporadas nos mercados de suprimentos, de produtos e de trabalho. Um terceiro achado foi sobre como as atitudes ou preconceitos raciais, que eram importados de espaços urbanos como casa ou escola, reproduziam relações raciais dentro da fábrica ao mesmo tempo que as atividades produtivas não eram significativamente afetadas por essas divisões raciais.

O estudo de caso estendido é dialógico em sua essência, uma vez que se baseia no intercâmbio entre os dados e a teoria até então existente. Esta última permite notar um dado como anormal, o que aponta para uma potencial reconstrução da velha teoria. O método também é moldado pelas conexões de macroforças sociais e suas manifestações locais. As várias revoltas e protestos que vêm ocorrendo em diferentes pontos do planeta na última década são exemplos concretos de tais manifestações. Em algumas delas, não é difícil perceber semelhanças econômicas expressas na crise global que estourou em 2008; ou semelhanças geracionais, expressas no desemprego entre os jovens; semelhanças étnicas, expressas em manifestações xenófobas; semelhanças políticas, expressas na revolta contra ditaduras ou governos formalmente democráticos. A sociologia é desafiada a investigar os eventos “extremos” em andamento, e quanto maior a sua capacidade de conectá-los entre si e com a sociedade global, mais essa investigação será frutífera. Um grande passo para isso já foi dado, que é o enfraquecimento do funcionalismo estrutural (Collins, 2009); no entanto, talvez o passo tenha ido longe demais em direção às singularidades e situações (Ianni, 2011).

2. O livro *Manufacturing consent* relata estudo que é também comparativo de casos. Allied é a empresa em que Burawoy realizou a suas observações participantes. Geer é a empresa onde Donald Roy realizou estudo em meados dos anos 1940, o qual Burawoy toma como caso comparativo ao seu.

Estudo sociológico de biografia

Ao prosseguir em nosso percurso dedutivo, é chegado o momento de “descer” um pouco mais entre níveis analíticos de acordo com os quais a nossa razão divide a realidade social. Se da teoria vamos aos dados, se do global vamos ao local ou aos casos, seria arbitrário parar em qualquer um deles. Uma maneira de evitar isso é por meio da realização de estudos biográficos que buscam compreender uma realidade social ampla baseada em manifestações associadas a indivíduos, que, como no estudo de caso estendido, podem ser portadores de fenômenos (contra)exemplares. Estudar “indivíduos” e seus pensamentos pode revelar ideias presentes – não unânimes, é claro – numa sociedade inteira em um determinado momento. Como ensina Ianni, “a razão tem história inclusive no sentido de que tende a ser contemporânea do seu tempo” (Ianni, 2011: 129).

Relacionado a este ponto, destaco um estudo na história do pensamento econômico que traz exemplos de como o contexto pode ser percebido a partir da análise de ideias formadas em dados tempo e espaço. Trata-se do livro *The worldly philosophers*, de Robert Heilbroner (1999). Além de teorias e ideologias econômicas, a obra descreve os contextos sociais em que foram desenvolvidas e como cada um deles moldou os pensamentos de cada um dos “filósofos mundanos” estudados. Heilbroner vê Karl Marx como um revolucionário em grande parte porque este escrevia numa época de convulsões sociais. Atribuiu o otimismo de Adam Smith à potência inicial do capitalismo, o que lhe dera confiança na capacidade desse modo de produção conduzir à riqueza das nações. A análise sombria de David Ricardo estava relacionada, segundo Heilbroner, às dificuldades de um capitalismo envolvido em crises recorrentes.

Propor análise do indivíduo pode parecer incoerente com as apropriações da tradição marxista feitas até aqui. É comum dizer que Marx sustentava que tudo é economicamente orientado e racionalizado *a priori*, sem espaço para a iniciativa e a agência dos indivíduos (Harvey, 2010). Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que até mesmo Marx viu que “o capitalismo [...] depende dos instintos, [da] iniciativa [...] de empreendedores individuais que operam em lugares e tempos específicos” (Harvey, 2010: 160). Por outro lado, Marx “nunca concebeu o ator de forma individualista” (Alexander & Giesen, 1987: 5). É por isso que minha abordagem não é sequer aquela proposta pelas microssociologias que, em vez de indivíduos e seus interesses e atividades – individualismo metodológico –, voltam-se para a “*interação em situações sociais*” (Knorr-Cetina, 1981: 8-9, grifos no original). Na pesquisa social, indivíduos não são considerados por suas singularidades, mas por suas características como seres sociais, que podem revelar estruturas sociais que lhes são imanentes.

Como lembra Elias, “a existência da pessoa como ser individual é indissociável de sua existência como ser social” (Elias, 1994: 151).

Esta discussão complementa conceitos da análise dos sistemas-mundo mencionados anteriormente. O faz precisamente porque considera indivíduos comportando-se conforme as estruturas e os processos sociais que os circundam. Embora estes se refiram ao espaço local mais próximo, isso de modo algum os isola de movimentos globais. Para a análise dos sistemas-mundo, indivíduos, como atores sociais,

são produtos de um processo. Não são elementos atômicos primeiros, mas partes de uma combinação sistêmica da qual emergiram e sobre a qual atuam. Eles agem livremente, mas suas liberdades são limitadas por suas biografias e prisões sociais das quais fazem parte (Wallerstein, 2004: 21).

Ou como disse Marx (2004: 81) em relação à alienação: “quanto mais objetos o trabalhador produz, [...] tanto mais fica sob o domínio do seu produto”. E essa

experiência individual de estranhamento [...] pode ser vista simultaneamente como uma “tradução” para o nível individual de [...] condições estruturais (Alexander & Giesen, 1987: 6).

Nesse sentido, a pesquisa social tem a aprender com trajetórias de indivíduos, que podem servir não apenas como “amostras” de várias categorias sociais – classe, raça, gênero etc. – às quais podem ser associadas, mas também como portadores de estruturas que engendram amplos processos e relações sociais. Destaco agora dois estudos associados a este tipo de abordagem, ambos inspirados em Bourdieu. O primeiro trata das elites tecnocráticas – nos termos de Bourdieu (1994), seria uma nobreza acadêmica de administradores –, no qual Maria Rita Loureiro (1998) analisa trajetórias e conexões acadêmicas e profissionais de técnicos da burocracia estatal brasileira que, desde o lançamento do Plano Real (1994), estiveram à frente das principais decisões macroeconômicas no país. Também inspirado em Bourdieu, tendo um indivíduo específico como exemplo de certa configuração social, Roberto Grün (2007a; 2007b) faz uma análise que toma o micro como revelador de estruturas sociais mais amplas.

O estudo de Loureiro (1998) diz respeito à internacionalização de administradores da política macroeconômica brasileira que, assim como em outros países latino-americanos, foram responsáveis pela elaboração e execução de medidas de controle inflacionário, desregulamentação, remoção de barreiras comerciais, privatizações etc. O foco de Loureiro não está nas trajetórias desses líderes como indivíduos *stricto sensu*; está no fato de encarnarem um processo de absorção sistemática, pelo

pensamento e pelas práticas econômicas brasileiras, de modelos teóricos e metodológicos da ciência econômica em voga nos países dominantes, em particular nos Estados Unidos. Para tanto, Loureiro recorre a várias biografias. As conexões políticas, acadêmicas e profissionais reveladas por ela ajudam a entender não apenas a hegemonização de um certo pensamento nos círculos intelectuais, mas também como isso influenciou a formulação de políticas econômicas.

Uma das biografias a que Loureiro recorre é de Pedro Malan. Egresso do tradicional colégio de elite carioca Santo Inácio, estudou na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde se tornou professor depois de doutorar-se em economia na Universidade da Califórnia, Berkeley. Foi também pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), antes de iniciar carreira internacional com passagens pela ONU, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Depois de liderar renegociações da dívida externa brasileira nos preparativos para o Plano Real, Malan tornou-se presidente do Banco Central e, posteriormente, ministro da Fazenda, cargo que ocupou durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995-2002).

Uma questão a ser destacada na análise de Loureiro é a comparação que faz entre as biografias de Malan e de José Serra, que tiveram embates frequentes sobre a política econômica brasileira durante o período em que ambos eram ministros de FHC. Suas distintas trajetórias – Serra fora presidente da União Nacional dos Estudantes, deputado federal, senador e, no campo econômico, filiado às ideias estruturalistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal); Malan, que seguiu carreira “técnica”, esteve associado às ideias monetaristas da PUC-Rio – os posicionaram em campos ideológicos conflitantes que alimentaram sérias controvérsias dentro do governo. Para o que nos interessa aqui – o modo como o macroambiente pode ser percebido em expressões localizadas –, esse antagonismo é subjacente a amplas dimensões históricas, sociais e espaciais.

Malan e os membros da equipe econômica que concebeu o Plano Real (1994) eram expressões individuais de uma nova ordem econômica e social no âmbito global organizada em torno do renascimento dos valores do liberalismo supostamente ameaçados pelo intervencionismo do estado de bem-estar social. Em termos de consequências materiais, suas ideias deram legitimidade “científica” às reações políticas do capital financeiro na busca por restabelecer seus níveis de lucratividade, que em meados da década de 1970 estavam pressionados pelas baixas taxas reais de juros. Malan, que depois de deixar o governo em 2002 tornou-se membro do conselho de administração de um dos maiores bancos privados brasileiros – rota

semelhante à da maioria dos tecnocratas que ocuparam cargos em equipes econômicas estatais –, incorporava um novo liberalismo – o neoliberalismo –, ideologia que colocou a finança na posição hegemônica do capitalismo global.

Serra, por sua vez, representava o velho liberalismo keynesiano, para o qual o estado tem papel fundamental na criação e manutenção das condições gerais de acumulação capitalista, que tem como o principal motor a indústria. Esta, por sua vez, depende da força de trabalho, tanto em sua função produtiva como geradora da renda necessária ao consumo das próprias classes trabalhadoras e suas famílias. Por essa razão, os keynesianos preocupam-se com o pleno emprego, enquanto os neoliberais, não. E Loureiro (1998) lembra que Serra era um intelectual e político vinculado à indústria paulista, principal setor produtivo da economia brasileira. Ela observa, por exemplo, que nas eleições de 1994 para governador de São Paulo, Serra foi o candidato que mais recebeu contribuições de campanha da indústria.

As comparações entre as biografias de José Serra e de Pedro Malan são aqui apresentadas como exemplos do meu argumento de que fenômenos locais e/ou individuais podem revelar expressões derivadas de processos sociais globais. A hegemonia das ideias representadas por Malan e a derrota das ideias personificadas em Serra servem para ilustrar o que Adam Przeworski (1998) sintetizou como substituição de ideologias econômicas: daquela que, entre meados dos anos 1930 e meados dos anos 1970, argumentava que aumentar a renda dos consumidores estimularia o crescimento – keynesianismo – por uma ideologia que argumentava que o estímulo maior viria do aumento da renda dos que poupam – neoliberalismo.

O segundo estudo biográfico – este focalizou uma pessoa e, portanto, não foi comparativo – também ajuda a entender esse mesmo contexto de aprofundamento da lógica neoliberal na economia brasileira. Faz isso ao lançar luz especificamente sobre o segmento socioeconômico dominante nesse momento, o setor financeiro. São análises de Roberto Grün (2007a; 2007b) que focalizam um ser social corporificado por uma pessoa específica. Mas Grün adverte que o importante na análise sociológica do que chama de cultura financeira é a imagem e a personalidade, não o indivíduo. Para ele,

se a dominação financeira é um fenômeno mais amplo do que o simples controle econômico da sociedade, a exploração da dinâmica e da polissemia na qual o “plutocrata” nasce e se desenvolve pode ser uma boa entrada para a análise sociológica (Grün, 2007b: 85).

O plutocrata em questão é Daniel Dantas.

Dantas era um banqueiro que se tornara conhecido durante as privatizações realizadas no Brasil ao longo dos governos FHC (1995-2002) e que voltou às manchetes por conta de relações conturbadas com setores dos governos Lula (2003-2010). Grün examina significados sociológicos de ações e relações de Dantas dentro do recente contexto socioeconômico brasileiro que, no entanto, revela movimentos globais, particularmente a expansão financeira da economia. As ações outrora agressivas e altamente bem-sucedidas de Dantas no campo financeiro ajudam a entender uma parte desse contexto. Tal contexto estava – e ainda está – inserido em uma realidade global em que sociedades locais se encontraram permanentemente encurraladas por ataques de um setor econômico que dava sinais suficientes de capacidade de impor sérias restrições políticas e materiais a essas sociedades. Para Grün, “a postura econômica que esse ator encarna é facilmente vista como um microcosmo da violência que as finanças exercem sobre as sociedades” (Grün, 2007b: 88).

Nessa mesma linha, as relações de Dantas com o aparato estatal serviram como uma entrada importante para analisar no nível local teorias sobre a relação de classes hegemônicas globais com o Estado. Mesmo sem empregar os termos “classe” ou “hegemonia”, é isso que está envolvido na lembrança de Grün de que durante os dois mandatos de FHC

os “novos” banqueiros, dos quais Dantas é o exemplo mais acabado, gozavam de uma enorme boa vontade do governo federal e de suas agências reguladoras e de fomento (Grün, 2007b: 91).

A ação de Dantas no campo financeiro e suas relações com o Estado – este foi o principal suporte político da expansão financeira da economia brasileira (Bin, 2014) – são protótipos locais de um fenômeno que vem se desenvolvendo globalmente desde meados dos anos 1970. Por estas razões, a figura de Dantas acaba sendo “uma espécie de tipo-ideal de postura financeira” (Grün 2007b: 92), mas que é, ao mesmo tempo, “inexplicável sem o registro do sistema financeiro que vicejou na era FHC” (Grün, 2007a: 390) e permaneceu forte durante os governos Lula.

Ao concluir esta seção, vale a pena enfatizar a parte desses estudos de Grün que revelam conexão importante com a minha discussão sobre o estudo de caso estendido. Trata-se do caráter atípico, a figura anômala de Daniel Dantas, que revela a importância do extraordinário para o método. Grün (2007a) supõe que observadores externos do cenário brasileiro no início deste século ficariam surpresos com o enorme espaço que Dantas obteve no noticiário econômico, político ou mesmo policial. Esses observadores ficariam surpresos ao descobrir que o banco de pro-

priedade da Dantas não era dos maiores; eles poderiam até pensar que algum dispositivo fictício colocara um único indivíduo no centro das atenções e o acusara de ser responsável por tantos males. Mas, ao deparar-se com a disseminação dessa ficção, esse observador

inferiria que ela fornece molduras e conteúdos adequados para os brasileiros expressarem suas impressões sobre a situação em que vivem (Grün, 2007a: 381).

Em suma, como uma situação anômala que nos convida a olhar para um caso específico (Burawoy, 1991), um indivíduo exemplar também pode iluminar nossa busca por reconstruir teorias sociológicas.

Conclusão

Um pressuposto fundamental da abordagem metodológica que discuti é que os esforços atuais para compreender ou explicar a realidade social são baseados em uma construção sociológica, portanto, teórica, de objetos de natureza global. Mas esse caminho só se completa se, ao lado – nem acima nem abaixo – das conclusões de nosso raciocínio, colocarmos os produtos de nossa experiência sensível e participativa da realidade social local que queremos explicar ou compreender. A consistência das conexões entre razão e experiência e entre global e local será determinada pela medida do quanto formos capazes de captar manifestações locais relacionadas às macroforças que também queremos apreender. Essa abordagem responde aos desafios apresentados à sociologia pelo que é seu novo emblema, a sociedade global, como um dia o foram a sociedade nacional e, mais tarde, o indivíduo.

É cada vez menos possível acreditar que tanto o Estado nacional como o indivíduo são tão autônomos quanto se pensava. Mas o processo de globalização não nos apresenta um mundo homogêneo. Ao contrário, as desigualdades, divergências e, portanto, os conflitos, se multiplicam em um mundo que está cada vez mais integrado ao mesmo tempo que demonstrações de desintegração são abundantes. As revoltas populares que se espalharam pelo mundo desde os países árabes nos anos 2010 são as expressões mais dramáticas e visíveis dessa contradição. A Europa, enredada em uma crise econômica que já se manifesta como crise social – desemprego, reduções nas provisões de bem-estar social etc. – não escapou a crises políticas. Em 2013, o Brasil experimentou revoltas violentas que foram sinais de um quadro maior de crise mundial. Tudo isso cria um duplo desafio para a sociologia, apresentado pela própria globalização e pelos eventos extremos que lhe são contemporâneos, e que, ademais, não são confináveis a fronteiras nacionais.

Especificamente sobre a pesquisa social, penso que os dois métodos de investigação apresentados podem ajudar a enfrentar os desafios que são colocados para a sociologia. A extensão de suas contribuições depende de suas capacidades de preservar um caráter dialógico, mantendo-se um intercâmbio constante entre razão e experiência com vistas a não simplesmente acumular, verificar ou, muito menos, rejeitar, mas reconstruir teorias sociológicas. Acredito que o estudo de caso estendido se aproxima disso, graças às suas “extensões”: do observador na comunidade, de observações ao longo do tempo e do espaço, de microprocessos para a macroforças e da teoria. Mas nada impede que essas extensões sejam “estendidas” ao estudo sociológico da biografia. Este é mais um desafio.

Referências

ALEXANDER, Jeffrey C.; GIESEN, Bernhard. From reduction to linkage: the long view of the micro-macro debate. In: ALEXANDER, Jeffrey C. *et alii* (Eds.). *The micro-macro link*, p. 1-42. Berkeley (CA): University of California Press, 1987.

BIN, Daniel. The class character of macroeconomic policies in Brazil of the real. *Critical Sociology*, v. 40, n. 3, p. 431-449, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 2011 [1994].

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004 [1968].

BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Editora Universidade Estadual de Campinas, 2010.

—. *The extended case method: four countries, four decades, four great transformations, and one theoretical tradition*. Berkeley (CA): University of California Press, 2009.

—. For a sociological Marxism: the complementary convergences of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. *Politics & Society*, v. 31, n. 2, p. 193-261, 2003.

—. Reconstructing social theories. The extended case method. In: BURAWOY, Michael *et alii* (Eds.). *Ethnography unbound: power and resistance in the modern metropolis*, p. 8-27; 271-287. Berkeley (CA): University of California Press, 1991.

—. *Manufacturing consent: changes in the labor process under monopoly capitalism*. Chicago (IL): University of Chicago Press, 1979.

- COLLINS, Randall. *Quatro tradições sociológicas*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009 [1994].
- . Micro-translation as a theory-building strategy. In: KNORR-CETINA, Karin D.; CICOUREL, Aaron V. (Eds.). *Advances in social theory and methodology: toward an integration of micro and macro-sociologies*, p. 81-108. Boston (MA): Routledge & Kegan Paul, 1981.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001 [1895].
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador, v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b [1968].
- FRIDMAN, Luiz Carlos. Laços frágeis, a oferta da contemporaneidade. In: PORTO, Maria Stela Grossi; DWYER, Thomas Patrick (Eds.). *Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI*, p. 121-127. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GIDDENS, Anthony. Agency, institution, and time-space analysis. In: KNORR-CETINA, Karin D.; CICOUREL, Aaron V. (Eds.). *Advances in social theory and methodology: toward an integration of micro and macro-sociologies*, p. 161-174. Boston (MA): Routledge & Kegan Paul, 1981.
- GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Routledge, 1999.
- GRÜN, Roberto. Decifra-me ou te devoro! As finanças e a sociedade brasileira. *Mana*, v. 13, n. 2, p. 381-410, 2007a.
- . Entre a plutocracia e a legitimação da dominação financeira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 65, p. 86-107, 2007b.
- HABERMAS, Jürgen. Toward a reconstruction of historical materialism. In: KNORR-CETINA, Karin D.; CICOUREL, Aaron V. (Eds.). *Advances in social theory and methodology: toward an integration of micro and macro-sociologies*, p. 259-276. Boston (MA): Routledge & Kegan Paul, 1981.
- HARVEY, David. *The enigma of capital: and the crises of capitalism*. New York: Oxford University Press, 2010.
- HEILBRONER, Robert Louis. *The worldly philosophers: the lives, times and ideas of the great economic thinkers*. New York: Touchstone, 1999.

HOBBSAWM, Eric. *The age of extremes: a history of the world, 1914-1991*. New York: Vintage, 1995.

IANNI, Octavio. *A sociologia e o mundo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

KNORR-CETINA, Karin D. The micro-sociological challenge of macro-sociology: towards a reconstruction of social theory and methodology. In: KNORR-CETINA, Karin D.; CICOUREL, Aaron V. (Eds.). *Advances in social theory and methodology: toward an integration of micro and macro-sociologies*, p. 1-47. Boston (MA): Routledge & Kegan Paul, 1981.

LOUREIRO, Maria Rita. L'internationalisation des milieux dirigeants au Brésil. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 121, n. 1, p. 42-51, 1998.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 [1844].

POPPER, Karl Raimund. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1972.

PRZEWORSKI, Adam. Deliberation and ideological domination. In: ELSTER, Jon (Ed.). *Deliberative democracy*, p. 140-160. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1998.

RITZER, George; STEPNIISKY, Jeffrey. *Modern sociological theory*. Thousand Oaks (CA): Sage, 2018.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-systems analysis: an introduction*. Durham (UK): Duke University Press, 2004.

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. 8. ed. São Paulo: Pioneira, 1994 [1905].

—. *Metodologia das ciências sociais*, v. 1. Campinas: Editora Universidade Estadual de Campinas, 2001 [1904].

WRIGHT MILLS, Charles. *The sociological imagination*. New York: Oxford University Press, 2000 [1959].

